



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Relatório de auditoria de resultados sobre as

“Instalações pedonais sem barreiras para pessoas com deficiência visual”

O Comissariado da Auditoria divulgou, em Setembro deste ano, o relatório de auditoria de resultados sobre as “Instalações pedonais sem barreiras para pessoas com deficiência visual”, para fiscalizar a eficácia dos trabalhos desenvolvidos pelo “Grupo interdepartamental de estudo do planeamento dos serviços de reabilitação para o próximo decénio” e pelo “Grupo director interdepartamental do planeamento dos serviços de reabilitação para o próximo decénio”, detectando que os trabalhos de planeamento, execução e comunicação não conseguiram obter resultados satisfatórios, realçando a dispersão das instalações sem barreiras e a falta de continuidade das mesmas. A criação de um ambiente livre de barreiras é uma das medidas importantes para apoiar a integração social dos portadores de deficiência e um *ex-líbris* importante para a avaliação da civilização e do progresso da sociedade. Espera-se que as autoridades tomem a iniciativa de adoptar medidas eficazes para promover a concretização de uma sociedade livre de barreiras.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Segundo o relatório, o grupo interdepartamental de estudo não conseguiu coordenar eficazmente os trabalhos dos serviços públicos, e a criação de instalações sem barreiras para pessoas com deficiência visual implica a colaboração de vários serviços, portanto, a falta de uma distribuição clara de tarefas e de competências entre os serviços intervenientes conduz, inevitavelmente, à morosidade e à baixa eficiência



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

dos trabalhos de promoção. As autoridades responderam que iam discutir e otimizar os respectivos trabalhos com os diversos serviços públicos, e criar os grupos de trabalho interdepartamental necessários e outros mecanismos adequados. As autoridades dispõem de alguma calendarização para a criação dos respectivos grupos de trabalho? De que planos concretos dispõem para reforçar a coordenação interdepartamental e assegurar que os serviços concretizem os trabalhos da sua responsabilidade previstos nos respectivos planos?

2. Segundo o relatório, no “Planeamento dos serviços de reabilitação para o próximo decénio (2016-2025)”, os 34 projectos a curto, médio e longo prazos relacionados com instalações sem barreiras para pessoas com deficiência visual nas zonas pedonais apenas continham descrições genéricas, sem nenhuma divisão concreta das tarefas a executar, nem conteúdo dos trabalhos. As autoridades vão ponderar rever os respectivos projectos e apresentar uma calendarização mais detalhada, faseada e fiscalizável, com vista a assegurar a existência de instruções claras para a execução de cada projecto? Com vista a elevar a transparência e a credibilidade do planeamento, vão ainda criar um mecanismo de supervisão e avaliação mais concreto, efectuando inspecções faseadas a todas as etapas do planeamento e divulgando periodicamente ao público o andamento dos respectivos trabalhos?

3. No relatório de auditoria, refere-se que as instalações construídas no âmbito do referido Planeamento não têm ligação por pavimento táctil de orientação, tal como em algumas passagens superiores pedonais, etc.; os locais públicos de maior frequência não têm esse pavimento, como o Centro de Saúde e a Biblioteca da Ilha



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Verde, etc.; e há zonas que não estão ligadas com pavimento tátil de orientação. Estes problemas dificultam a acessibilidade nas instalações e afectam directamente a segurança e a conveniência das pessoas com deficiência visual. Actualmente, existem deficiências de qualidade na construção de instalações. Como é que o Governo vai suprir essas deficiências? De que planos ou medidas concretas dispõe para reforçar as respectivas ligações através de pavimentos tácteis de orientação instalados nos locais públicos, com vista a garantir o direito de deslocação das pessoas com deficiência visual?

6 de Novembro de 2024

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong On Kei**